



FANESE – Faculdade de Administrações e Negócios de Sergipe

Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – Especialização em AUDITORIA  
E CONTROLADORIA

---

VERA LÚCIA DOS SANTOS

## **O CONTROLE INTERNO NA GESTÃO EMPRESARIAL**

Aracaju/SE  
14 de agosto de 2014

VERA LÚCIA DOS SANTOS

## **O CONTROLE INTERNO NA GESTÃO EMPRESARIAL**

Artigo apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em AUDITORIA E CONTROLADORIA da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE.

Avaliador: Prof. Me. Kleber Silva de Araujo

Aracaju/SE  
14 de agosto de 2014

# O CONTROLE INTERNO NA GESTÃO EMPRESARIAL

Vera Lúcia dos Santos<sup>1</sup>

## RESUMO

Este trabalho traz uma análise sobre as contribuições do controle interno na consecução dos objetivos organizacionais. O estudo parte do pressuposto de que o controle interno não é um conceito novo para a gestão empresarial, mas ainda permanecem dúvidas pendentes acerca dos paradigmas de aplicabilidade na gestão empresarial. A análise proposta seguiu como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica. A partir da consulta ao material bibliográfico foi observado que o controle interno traz uma série de contribuições para a empresa, das quais se destaca: o auxílio no gerenciamento dos processos organizacionais, o registro de transações com exatidão, com confiança, permitindo que o ativo localize erros durante este processo e diminua o fluxo de erros encontrados e o controle da melhoria contínua do empreendimento e sucesso empresarial. Os resultados obtidos com essa revisão bibliográfica mostraram que o auditor interno precisa efetuar medidas para a empresa torne-se um empreendimento de sucesso, sendo fundamental a promoção de uma melhoria no controle financeiro e operacional. Desta forma, conclui-se que a principal contribuição do controle interno é auxiliar no gerenciamento dos processos organizacionais e no controle da melhoria contínua do empreendimento e sucesso empresarial.

**Palavras-chave:** Controle Interno. Auditoria. Gestão Empresarial.

## 1 INTRODUÇÃO

A necessidade de estratégias organizacionais de gestão e controle visando qualidade e eficiência empresarial tem sido considerada um dos pontos mais relevante na discussão sobre a gestão empresarial. Esta discussão tem aumentou, consideravelmente, a partir do processo de aceleração da economia globalizada, que impôs ao mercado empresarial a obrigação de desenvolver estratégias de monitoramento dos procedimentos internos. Em meio a esse cenário,

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Auditoria e Controladoria Empresarial pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE.

ganham destaque, os sistemas de controle internos por meio da aplicação da auditoria interna.

Sendo assim, em tempo de economia globalizada, administrar um negócio, seja um modesto empreendimento ou uma grande empresa, envolve muitas funções diferentes, mas uma administração do controle interno eficaz auxilia na consecução dos objetivos empresariais, ajudando a dirigir todo o resto da empresa, pois sem um eficiente controle interno seria impossível continuar um empreendimento com sucesso.

Em virtude do papel essencial da controladoria dos processos organizacionais de uma empresa, o sistema de controle interno, especificamente, o contábil, possibilita o registro de transações com exatidão, com confiança e permitem que o ativo salvaguardando, localizando erros durante este processo e diminuindo o fluxo de erros encontrados.

Apesar de os estudos mostrarem a importância do controle interno na gestão empresarial, pesquisas revelam que parte considerável de empresas não cresce em decorrência da falta de controles internos satisfatórios e eficientes, já que a consecução dos procedimentos organizacionais necessita de credibilidade dos dados apresentados em relatórios, sua fidedignidade das transações realizadas pela empresa, proporcionando aos proprietários uma tomada de decisão segura ( LOPES, 2011, TEIXEIRA, 2011; PEREIRA, 2010, MORAES, 2007).

Neste sentido, a efetividade dos controles internos eficientes exige a análise da adoção das ferramentas gerenciais de caráter mais ativos e de alta qualidade, visando uma perfeita medição dos planos, a fim de melhor trabalhar ou corrigir os erros no processo organizacional.

Devido ao grande número de métodos existentes no mercado e na literatura, é necessário que estudos sejam realizados, com o intuito de facilitar o entendimento sobre os tipos de controles internos para se usar de forma adequada e em conformidade com a natureza do serviço a ser desenvolvido.

Frente aos aspectos descritos, enfatiza-se que a gestão empresarial mais adequada aos serviços deve está pautada na qualidade e eficiência do seu controle interno. E por isso, buscam-se novas estratégias gerenciais para melhoria dessa qualidade, tais como: o investimento em auditoria, sistema de controle e planejamento estratégico.

Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo fazer uma análise teórica sobre o controle interno como estratégia para a melhoria do desempenho empresarial.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

O controle interno é considerado uma técnica usada para quantificar a eficiência e a eficácia, na perspectiva da auditoria, tem como objetivo salvaguardar o patrimônio impedindo que erros e fraudes ocorram, o que pode comprometer a viabilidade do negócio (LOPES SÁ, 2010).

Há algumas décadas, quando se falava em controles, pensava-se que era uma tarefa pouco produtiva de inspeção, da descoberta do errado, dos desvios e fraudes, considerava-se como um trabalho coletivo, poucas vezes pensava-se na prevenção e na melhora dos resultados institucionais. Hoje, sabe-se que, o uso de controles alia-se à própria gestão do negócio facilita, sobremaneira, a tomada de decisões, dada a sua abrangência relevância.

Migliavacca (2007, p.37) revela que o termo controle surgiu em de “1600, como significado de uma cópia de uma relação de contas, um paralelo ao seu original. Deriva do Latim *contrarotulus*, que significa "cópia do registro dos dados".

Atualmente, há vários conceitos sobre o que seja o controle em um empreendimento. Dentre elas, destaca-se que o controle é o planejamento e todos os métodos e procedimentos adotados dentro de uma instituição, a fim de “salvaguardar seus ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção” (MIGLIAVACCA, 2007, p.17).

Com o estabelecimento do controle interno, as empresas passam a adotar ações que acrescentam a expectativa de que estas sejam conseguidas, com isto, compreende-se que o controle interno abarca a alta administração e demais níveis gerenciais, visando o abuso de poder, o erro, a fraude e, sobretudo, a ineficiência (MORAES, 2007).

Observa-se que o controle é uma ferramenta eficiente na gestão administrativa. Para tanto, são fundamentais para que as entidades públicas ou privadas guardem os seus ativos, tendo o controle interno como facilitador para o trabalho do contador.

Logo, o controle interno refere-se a um método usado para quantificar a eficiência e a eficácia de um negócio, objetivando salvaguardar o patrimônio contribuindo, desta forma, para evitar a ocorrência de erros e fraudes (ATTIE, 2008).

Nesse sentido, a importância do controle interno, de acordo com o seu conceito, torna-se importante no momento em que se verifica a existência de fatores que influenciam na análise de sua definição. Attie (2008, p. 111) lista estes fatores como sendo:

**Plano de organização** - onde o sistema organiza-se de forma adequada, estabelecendo responsabilidades entre as diversas áreas;

**Eficiência operacional** - compreendendo a ação dos profissionais qualificados e treinados para desenvolver as atividades pertinentes a eles;

**Métodos e medidas** – para se chegar a determinado fim, mesmo que não tenham sido preestabelecidos formalmente;

**Proteção do patrimônio** – a forma pela qual são protegidos os bens e direitos da empresa, a independência das funções de execução operacional e contabilização dos bens patrimoniais;

**Fidedignidade dos dados contábeis** – a adequada precisão e observância aos elementos dispostos na contabilidade;

**Políticas administrativas** – o sistema de regras relativas à direção dos negócios e à prática dos princípios, normas e funções para a obtenção de determinado resultado.

Esses fatores são efetivos para um controle adequado, pela individualidade de cada um, mostrando que uma deficiência em qualquer um deles comprometerá o funcionamento eficiente de todo o sistema.

Assinala Gomes (2009) que é um eficiente sistema de controle interno demanda uma análise centrada em aspectos internos ou externos, financeiros ou não financeiros, históricos ou previsionais de uma organização. Por isso, que as informações providas pelo sistema de controle trazem a confiança e garantia do sucesso e crescimento da empresa.

De acordo Cebaldir Floriano (2006, p. 15):

Os Controles Internos encontram-se nas empresas em todos os seus níveis: operacional (fabricação, conserto, manutenção, qualidade) e administrativo (vendas, compras, tesouraria), etc. e sua adequada aplicação diária sobre cada uma dessas áreas é de suma importância para que se atinjam os resultados mais favoráveis evitando desperdícios. O controle interno é um instrumento, que através de suas ferramentas, auxilia a administração em todas suas atividades de caráter administrativo e operacional. No entanto deve variar de acordo com a natureza do negócio, estrutura e tamanho da

empresa, diversidade e complexidade das operações, métodos utilizados para processamento dos dados e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

É importante destacar que um eficaz sistema de controle interno envolve objetivos bem definidos, visando permitir a consecução de apurado fim, dando base às atividades do empreendimento, controlando-as para não haver riscos ou perdas. Para tanto, fazem-se necessários controles internos adequados, por meio da norma de auditoria vigente que, com base na relação direta existente entre a Contabilidade, os controles internos e a auditoria, causam confiabilidade do sistema de controle interno (OLIVEIRA, et al, 2011).

Jund (2005, p.56), conceitua a auditoria interna como sendo:

Uma atividade de avaliação independente e de assessoramento da administração, voltada para o exame e avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controle, bem como da qualidade do desempenho das áreas, em relação às atribuições e aos planos, às metas, aos objetivos e às políticas definidos para as mesmas.

Existem vários conceitos sobre auditoria alguns autores como a conceituam como sendo uma técnica com objetivos básicos e secundários. Os objetivos básicos são os da opinião da fidedignidade das demonstrações contábeis e até extra-contábeis e o segundo, relativo a matérias como os das descobertas de erros e fraudes (GUIMARÃES, 2006; CARVALHO, 2005; OLIVEIRA, et al, 2011).

Os objetivos descritos revelam a finalidade principal da auditoria interna é assistir a empresa em seu desempenho, provendo análises, pareceres e informações concernentes às atividades examinadas (OLIVEIRA, et al, 2011), como bem sinaliza Xavier (2006, p.12) algumas funções da auditoria interna:

A integridade e confiabilidade das informações gerenciais e os meios utilizados para identificar, avaliar, classificar e comunicar tais informações;  
Os sistemas estabelecidos para assegurar observância das políticas, planos, procedimento, leis e regulamentações que possam ter um impacto significativo sobre as operações e informações, bem como verificar se a organização os segue;  
Os procedimentos para salvaguardar dos ativos e comprovar a existência de tais ativos, se forem o caso;  
A eficiência, a eficácia e a economia na utilização dos recursos;  
As operações ou programas para verificar se os resultados são compatíveis com os objetivos e meios estabelecidos e se estão sendo executados de acordo com que foi planejado.

O Conselho Nacional de Contabilidade (2006, p. 261) define a auditoria interna como um “conjunto de métodos técnicos como a finalidade de avaliar a probidade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais de uma Entidade”.

Morgado (2006, p. 45) descreve algumas técnicas da auditoria interna:

**a) Observação:** Ação pela qual o auditor está estudando e adverte, de forma sensível fatos ou acontecimentos e as circunstâncias em que são desenvolvidos e as diferentes funções ou esforços da empresa auditada.

**b) Indagação:** Investigação levada a cabo pelo auditor em determinados pontos baseado em perguntas que faz às pessoas que serão auditadas na empresa. Esta técnica permite-lhe formar uma opinião acerca da empresa, ou de determinado assunto, no entanto, as conclusões ou decisões requerem necessariamente comprovação e evidências que deem respaldo suficiente à sua investigação, e isso será alcançado através da aplicação de técnicas adequadas, tais como: existência de planos e manuais de vendas; sistemas de custos; política de compra e venda; organização da empresa; rendimentos e perdas.

**c) Confirmação:** Através dessa ação garante-se a ocorrência ou não de uma questão de fato ou se obtêm uma verificação por terceiros fora da empresa, que conhecem a natureza do ato ou circunstância que permite ao auditor expressar uma opinião verdadeira e estável.

**d) Análises:** A análise crítica de determinados fatos leva à conclusão de que as informações sujeitas a esta técnica estão dentro ou fora da norma. A análise consiste em separar elementos, agrupá-los de acordo com a sua natureza ou origem, para que o exame pelo auditor possa criar uma visão conceitual sobre o equilíbrio ou circulação de um registro ou conta.

**e) Cálculo Aritmético:** É a verificação da exatidão aritmética dos cálculos feitos pela empresa a ser auditada pelo novo cálculo feito pelo auditor, entre alguns exemplos são: Multiplicação de unidades por preços unitários na existência (Livros de Inventário); Montantes das pilhas de livros ou salários; Taxas de imposto sobre imposto declarações.

**f) Acompanhamento do Contador:** Usando essa técnica, o auditor verificar se o ciclo da contabilidade foi cumprido de acordo com as normas contábeis aceitas geralmente.

Baseando-se nas técnicas descritas, pode-se dizer que, as finalidades da auditoria interna são: especificação do alvo de sua atividade, revelando que a competência que lhe fora atribuída, sem, contudo exclui a responsabilidade dos setores envolvidos na realização da mesma.

Portanto, a auditoria tem a finalidade precípua de examinar documentos, livros e registros, inspeções, visando à aquisição de informações e aprovações destas. Para tanto, ela, obedece a normas adequadas de procedimentos exigidos pela legislação; objetivando a verificação da fidelidade das informações coletadas,

seguindo as normas fundamentais e princípios de Contabilidade (OLIVEIRA, et al, 2011).

Sendo assim, a auditoria Interna oferece um serviço avaliativo de todas as atividades de uma organização. Por meio dela, é possível nomeia as operações e atividades que serão submetidas a um exame. O produto final da auditoria é evidenciar os sistemas de controle, oferecendo um assessoramento à entidade.

Conforme Gimenes (2005, p. 68),

A Auditoria Interna tem por função a análise das atividades operacionais da entidade, através da aplicação de normas de controles internos, políticas e procedimentos da empresa, de modo a fornecer a seus usuários, os gestores da organização, informações eficientes e de qualidade. O auditor precisa estar ciente de que os objetivos administrativos das organizações podem incluir objetivos que tem sua origem na legislação, regulamentos, portarias governamentais e outras diretrizes. Por conta disso, o auditor deve considerara origem e natureza desses objetivos.

É importante destacar que as transformações que o mercado empresarial vem sofrendo, inseriu novas exigências competitivas advindas de fatores determinantes para o sucesso das empresas que, por sua vez, trouxeram consigo uma rápida evolução do mercado financeiro internacional, o que exige das Normas Brasileiras de Contabilidade a integração com os princípios e componentes da estrutura da entidade relativos à sua governança corporativa, aos controles internos e ao gerenciamento de risco (MACHADO, 2011).

Ao abordar o controle interno no cenário atual, Machado (2011) faz inferência a diversos trabalhos acadêmicos, revelando que estes vêm aumentando sua abrangência, por intermédio de uma visão sistêmica, ou seja, o controle interno é visto como:

[...] um processo implementado pela alta administração de uma entidade com a finalidade básica de provê-la de razoável segurança em suas operações, no nível de garantia por ela julgado sufi ciente, para que tenha sucesso e alcance os seus objetivos sociais (p. 13).

O Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA) definiu um conceito para controle interno que prevaleceu até o início da década de 1990. O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) ampliou o conceito, atualizando-a aos anseios e às necessidades da atualidade (MACHADO, 2011).

Em virtude da adoção dos pronunciamentos do COSO para a nova visão de controle interno e os princípios de governança corporativa, as organizações nacionais e internacionais passaram a apoiar a conversão de normas nacionais de contabilidade aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria, por estes terem evoluído em consonância com os de governança e de controle interno (MACHADO, 2011).

Segundo Nascimento (2011), no Brasil, em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, complementada pela Lei nº 11.941-09, que aperfeiçoaram a Lei das Sociedades por Ações. Assim, explica esse autor que os padrões internacionais de contabilidade e auditoria consideraram as novas exigências dos mercados internacional e nacional, e seus novos regulamentos foram influenciados pelos princípios de governança corporativa da OCDE e pela nova visão de controle interno baseada nos pronunciamentos do COSO.

Diante de todo esse processo de convergência e adaptação das normas no cenário contábil brasileiro aos padrões internacionais, Machado (2011) ressalta a necessidade de empenho das entidades da classe contábil, sempre em parceria com os supervisores dos mercados nacionais, permanecendo alguns poucos casos de aspectos de normas a serem ainda harmonizados, por conflitos com a legislação societária nacional. Todavia não é um processo já pronto, mas sim em estado de aprimoramento contínuo e atualização das normas existentes em adequação ao que ocorre nos padrões internacionais.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Uma pesquisa pode percorrer três caminhos distintos: pesquisa de campo, relato de caso com revisão bibliográfica e revisão bibliográfica. Conforme Lago (2005, p. 17), “estas diferentes formas são cientificamente aceitas e podem trazer conhecimentos novos, técnicas novas e o enriquecimento de uma especialidade”.

Dos tipos de pesquisa apresentados, foi escolhida a revisão bibliográfica, de caráter exploratório. Para Prestes (2008, p. 56), pesquisa bibliográfica se efetiva:

[...] tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado, cuja eficácia reside no fato de permitir ao pesquisador obter conhecimentos já catalogados em outras fontes.

Já a pesquisa exploratória é o passo inicial de qualquer pesquisa científica, cuja finalidade, especialmente, quando bibliográfica, é:

[...] proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Através das pesquisas exploratórias avalia-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado assunto (ANDRADE, 2008, 98).

Portanto, a pesquisa exploratória é aquela que, a partir de seu objetivo, oportunizando ao pesquisador a formulação de problemas e hipóteses, utilizando-se a literatura existente como apoio.

O instrumento de coleta de dados foi levantamento bibliográfico, realizado por intermédio de diversas fontes de pesquisa, tais como: livros de leitura corrente, livros de referência; publicações periódicas (jornais e revistas); sites da internet; outros impressos. Para tanto, buscou-se elementos legais e doutrinários, a fim de organizar e compor o material recolhido, e alcançar os objetivos que previamente se estabeleceu.

Após o levantamento bibliográfico, foi necessário fazer a análise dos conteúdos, que consiste em uma reunião de conjuntos de partes próximas dos conteúdos com o intuito de torná-la possível para análises futuras.

O tratamento dos dados foi feito através de uma análise teórica. Os dados foram analisados em função de sua cientificidade e sua confiabilidade, ou seja, da homogeneidade de suas conclusões. Para os pontos conflitantes, ou discordantes apontados, procurou-se levantar novas hipóteses para sua compreensão suscitando o aprofundamento das discussões e pesquisas.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No presente trabalho foram avaliadas diversas publicações sobre a importância do controle interno na gestão empresarial. Ao se analisar o conjunto de amostra, composta por dez publicações, verificou-se uma ampla literatura que trata do controle interno aplicado à gestão de empresas.

Um estudo realizado por Cebaldir Floriano (2006) procurou compreender a importância dos instrumentos de controle interno para a gestão empresarial,

segundo este trabalho, a função do controle interno é “desenvolver ações tomadas pela administração para aumentar a probabilidade de que as metas estabelecidas sejam atingidas, uma vez que se trata de um instrumento que influencia diretamente na consecução dos objetivos empresariais” (p. 04).

A pesquisa exploratória de Pereira (2010) discute a importância do controle interno para a gestão das empresas. Segundo esse autor,

O tema controle nas empresas vem sendo abordado com ênfase em fraudes. O foco fraude, aparentemente, está desalinhado de um padrão existente na literatura acadêmica disponível no Brasil. Essas fontes nacionais consagram o controle interno, prioritariamente, como elemento de gestão. Supõe-se que o controle interno tende a favorecer o processo de gestão não apenas quanto à prevenção de fraudes. Para tal, o estudo busca elementos que configurem uma outra função, considerada mais importante, dos controles internos para a gestão das empresas (p. 05).

Por sua vez, o estudo de caso de Lopes (2011) analisa as técnicas de controle interno utilizadas em uma empresa. O autor descreve a estrutura da empresa, as implicações e relevância da aplicação do controle interno para a organização. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas com os responsáveis por cada controle identificado na empresa. Os resultados obtidos neste estudo de caso mostraram que os controles utilizados:

[...] são controle caixa, controle de estoque, de compras, de vendas, de funcionários, de duplicatas a pagar, de duplicatas a receber, de rota de vendas, e de bancos. Tais controles são, portanto, de fundamental importância para a sobrevivência da organização, pois possibilitam que o administrador esteja sempre bem assessorado e receba informações precisas e claras que permitem a solução de problemas no momento em que ocorrem, servindo assim, de base para a tomada de decisões (LOPES, 2011, p. 12).

Oliveira (2009) buscou comprovar as diversas ferramentas que o controle interno possui para cooperar com os administradores/contadores/gestores na veracidade das informações. A pesquisa foi dividida em dois momentos. O primeiro um levantamento bibliográfico e um estudo no caso feito em uma empresa. O estudo revelou que o controle interno é uma ferramenta que, entre suas várias funções, visa proteger os ativos da empresa e salvaguardar seus interesses, levando ao sucesso do negócio.

O estudo realizado por Teixeira (2011, p. 06) evidenciou que:

[...] o controle interno apresenta uma abordagem abrangente nas empresas, transcendendo os limites do meramente contábil, efetivando-se nos

parâmetros de natureza comportamental que se constituem no grande entrave à eficiência dos sistemas de gestão até então constituídos. O controle interno, na forma que o presente estudo contempla, presta relevante contribuição à este contexto empresarial, no momento em que pode ser entendido na condição própria de instrumento auxiliar da gestão, visando tão somente prestar contribuição útil e oportuna ao processo decisório, em uma realidade empresarial na qual este possa estar convencido de suas atribuições junto aos objetivos globais da organização.

Moraes (2007) pesquisou as contribuições do controle interno para as empresas e percebeu que por meio dele são detectadas as irregularidades e fraudes de uma empresa, seja esta pública ou privada. Partindo dessa premissa, compreendeu que o resultado do exame das prestações de contas traz a situação patrimonial da empresa, culminando, conforme Moraes (2007) na emissão de relatório e certificado de auditoria, visando:

- A proteção do patrimônio é algo que já é tradicional no meio administrativo, contábil e financeiro e, dessa maneira, dispensa comentários adicionais.
- Conferir a exatidão e a fidelidade aos dados contábeis é algo crucial à continuidade das operações das empresas, sobretudo na promoção da informação (tanto para fins interno quanto externo). Para tal, mecanismos que garantam a coleta de tais informações com a maior acuracidade possível tornam-se indispensáveis.
- Promover a eficiência operacional é garantir que as operações sejam executadas de acordo com as melhores condutas, mantendo a motivação do pessoal e estimulando a comunicação e o cumprimento das regras adotadas, visando à otimização dos recursos e o alcance das metas estabelecidas.
- Estimular a obediência às diretrizes estabelecidas pela alta administração significa garantir a adesão às políticas adotadas, de maneira que os participantes da empresa rumem juntos a uma mesma direção. Trata-se de procedimentos uniformes e obrigatórios que visam minimizar os riscos de que os produtos e/ou serviços da entidade não caiam no descrédito dos clientes, causando perdas substanciais à empresa (SEGET, 2005, p.389).

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade por meio do controle interno avalia-se o nível de comprometimento da gestão e dos recursos de uma empresa, através de uma análise dos procedimentos de controle de prevenção e de detecção de erros, sua vulnerabilidade e a forma de monitoramento (OLIVEIRA, 2011).

Os estudos pesquisados mostram que por intermédio do gerenciamento do controle interno é possível administrar os riscos, aliando-os às atividades e aos negócios a fim de dar sustentabilidade às atividades desenvolvida na organização, aumentando com isso as chances de sucesso empresarial.

Em sua análise Jund (2005) avalia que um bom gerenciamento do controle interno representa um diferencial competitivo, que combinado com a auditoria e o gerenciamento de risco mostra-se como essencial para o sucesso de uma empresa.

As pesquisas de Galloro (2000, p. 61) revelam que os controles internos, em conjunto com a auditoria interna, visam garantir que:

- as operações sejam executadas de acordo com as autorizações gerais ou específicas da administração;
- todas as operações sejam registradas oportunamente, pelo valor correto, nas contas adequadas e no período contábil certo, de forma que a preparação das demonstrações contábeis seja feita dentro de critérios estáveis e que possa haver um controle contábil dos ativos;
- o acesso aos ativos seja feito apenas por pessoa autorizada pela administração, para minimização da ocorrência de fraudes, e no caso de existir alguma, haver a possibilidade de descobrimento rápido e determinação de sua extensão;
- a comparação dos registros de controle dos ativos com os ativos existentes ocorra com intervalos razoáveis para que sejam tomadas medidas saneadoras no caso de constatação de diferenças;
- a localização de erros e desperdícios seja possível, promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao se registrarem as operações; a eficiência e a motivação do pessoal sejam estimuladas; e,
- um controle eficiente sobre todos os aspectos vitais e estratégicos do negócio possa ser obtido.

A revisão de literatura mostra que a finalidade primordial do controle interno é direcionar a atenção dos contadores, auditores e administradores, como ferramenta de que, se bem aplicado, possibilita a medição do alcance dos objetivos da entidade e de suas metas (OLIVEIRA et al, 2011).

Para tanto, o sistema de controle interno busca: proteção do patrimônio (ativos); conferição da exatidão e a fidelidade aos dados contábeis; promoção da eficiência operacional; e, estimulação da obediência às diretrizes estabelecidas pela alta administração (SEGET, 2005).

Para Cebaldir Floriano (2006, p. 13):

Possuir excelentes controles internos é um pré-requisito para diminuir a ocorrência de fatos indesejáveis na Gestão Empresarial, que após identificar os riscos associados ao negócio deve implantar essa ferramenta para auxiliar os gestores na busca da eficiência nas operações, objetivando fazer cumprir as determinações e o atendimento das expectativas da administração.

Observa-se, portanto, que, os controles internos quando aplicados eficientemente, revelam-se ferramentas primordiais no subsídio de informação

seguras acerca dos dados contábeis, que juntam os recursos financeiros e patrimoniais de uma entidade.

## **5 CONCLUSÃO**

Ao término final do estudo é importante fazer algumas considerações que o mesmo aponta. Primeiramente, é importante colocar que o controle interno, hoje, não é visto mais como um procedimento de apuração e armazenamento de dados que visa examinar apenas os livros contábeis, mas sim uma atividade integrada ao todo das organizações. Por essa razão, os especialistas fazem alusão a um sistema de controle interno associado à ideia de informação resultante de um processo controlado, respeitando à legalidade para alcançar a transparência e adequada análise da situação empresarial.

Foi observado quanto o controle interno é importante na gestão empresarial, haja vista que ele possibilita o registro de transações com exatidão, com confiança, permitindo que o ativo localize erros durante este processo e diminua o fluxo de erros encontrados.

A revisão de literatura mostra que o controle interno é capaz de gerar credibilidade dos dados apresentados em relatórios, sua fidedignidade com as transações da empresa, proporcionando aos proprietários uma tomada de decisão segura. Por isso, sua importância é indiscutível, pois sem os registros em conformidade com as normas contábeis, o contador não presta informações seguras da atual situação da empresa.

As principais contribuições do controle interno é a obtenção de benefícios para uma organização, principalmente, nos que se refere a evitar surpresas durante a execução dos trabalhos, antecipando as situações desfavoráveis que poderão ser encontradas nos processos organizacionais e permitir desenvolver diferenciais competitivos e novas técnicas, visando à otimização dos recursos e sucesso organizacional.

Desta forma, conclui-se que a principal contribuição do controle interno é auxiliar no gerenciamento dos processos organizacionais e no controle da melhoria contínua do empreendimento e sucesso empresarial.

A análise desenvolvida neste estudo é substancial, didática e traz informações fundamentais sobre o controle interno e estas foram analisadas de

forma reflexiva, fazendo comparações, análises e conclusões de autores, o que faz do estudo uma contribuição nos debates atuais sobre o controle interno na gestão empresarial.

## **ABSTRACT**

This paper presents an analysis of the contributions of internal control in the achievement of organizational goals. The study assumes that internal control is not a new concept for business management, but are still lingering doubts about the applicability of paradigms in business management. The proposed analysis followed the procedures as methodological literature. By consulting the bibliographic material was observed that internal control has a number of contributions to the company , of which highlights: aid in the management of business processes , transaction logging accurately, reliably, allowing the active locate errors during this process and reduce the flow of errors found and control of continuous improvement of enterprise and business success. The results obtained from this literature review showed that the internal auditor must perform steps for the company to become a successful venture, being vital to promote an improvement in the financial and operational control. Thus, it is concluded that the main contribution of internal control is to assist in the management of organizational processes and continuous improvement in the control of the enterprise and business success.

Keywords: Internal Control. Audit. Business Management.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Lúcia Maria Helena. **Introdução à metodologia científica**: normas para elaboração e apresentação de monografias. Jaboticabal: Multipress, 2008.

ATTIE, W. **Auditoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Atlas, 2008.

CARVALHO, Victor. **Auditoria, controle interno e estoques**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CEBALDIR FLORIANO, José. **A importância dos instrumentos de controle interno para gestão empresarial**. São Paulo: Unicentro, 2006. Disponível em:<[www.unicentro.br](http://www.unicentro.br)> Acesso em 08 de jan./2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas de auditoria independente das demonstrações contábeis**. Brasília: CFC, 2006.

GALLORO & ASSOCIADOS AUDITORES. **Controle interno e contabilidade como elemento de controle**. In Coleção Seminários CRC-SP/IBRACON: Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria. São Paulo: Atlas, 2000.

GIMENES, Antonio Barbosa. **Administração Financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GOMES, C. **Procedimentos de auditoria pública**. João Pessoa: Universitária, 2009.

GUIMARÃES, Carlos. Auditor contábil, profissional essencial para a empresa. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXXI, maio/junho, 2006.

JUND, Sergio. **Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos**. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

LAGO, João. **Metodologia da pesquisa científica**. Aracaju: UNIT, 2005.

LOPES SÁ, Antônio. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2010.

LOPES, Diego Rangel França. **A contribuição controle interno para a gestão das empresas: um estudo de caso no Armazém Silva**. Piauí: Universidade Federal do Piauí, UFPI, 2011.

MACHADO, Cláudio Morais. **Importância dos preceitos de governança corporativa e de controle interno sobre a evolução e a internacionalização das normas de contabilidade de auditoria**. Porto Alegre: CRCRS, 2011.

MORAES, Francisco Eduardo de Oliveira. **Gerenciamento de aquisições, riscos e qualidade**. Brasília: POSEAD/Gama Filho, 2007.

MORGADO, Gatsby. **O trabalho de Auditoria fiscal**. (2006). Disponível em: <<http://www.monografias.com/trabajos16/Auditoria-fiscal/Auditoria-fiscal.shtml>>. Acesso em 08 de jan./2013.

MIGLIAVACCA, J. **Contabilidade gerencial**. Um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Marcileide Paranhos de. **O controle interno: um estudo de caso no ramo de supermercados**. JUINA-MT, 2009.

OLIVEIRA, Adelino Fernandes de et al. **Auditoria interna e controle governamental**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2011.

PEREIRA, Antônio Nunes. **A importância do controle interno para a gestão de empresas**, 2010. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-08.OLD/index.php/pensarcontabil/article/view/68>> Acesso em 08 de jan./2013.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. Catanduva: Respel, 2008.

SEGET. **II SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA**. São Paulo: 2005.

TEIXEIRA, Regina Cleide Figueiredo. **Contribuições do controle interno à gestão empresarial**. 2011. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998\\_ART327.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP1998_ART327.pdf)> Acesso em 08 de jan./2013.

XAVIER, Alberto. **Controle interno e controladoria empresarial**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.